Executar serviço de transporte coletivo de passageiros sem autorização - SP-330/KM 53
WILSON ROBERTO STEPHANI
69529 - 090497 - C - S - 9999999 - 0 - 8TT-6484 - 37 - V - A

Executar serviço de transporte coletivo de passageiros sem autorização - SP-360/KM 79,5
WLADIMIR MANOEL NETO
66222 - 041 296 - C - S - 9999999 - 0 - HM-3454 - 37 - V - A

Executar serviço de transporte coletivo de passageiros sem autorização - SP-270/KM 80
WLADIMIR MANOEL NETO
66221 - 041 296 - C - S - 9999999 - 0 - CDN-0822 - 37 - V - A

Executar serviço de transporte coletivo de passageiros sem autorização - SP-270/KM 80
YARA BARDI ALVES
68373 - 090497 - C - S - 9999999 - 0 - DDZ-3030 - 37 - V - A

Executar serviço de transporte coletivo de passageiros sem autorização - SP-360/KM 79,5
YARA MARTINS DE LIMA
69807 - 1 90497 - C - S - 9999999 - 0 - CHH-7770 - 113 - VI - A

Executar serviço de transporte coletivo de passageiros sem autorização - SP-98/KM 98
YARA MARTINS DE LIMA
68418 - 070397 - C - S - 9999999 - 0 - CHH-7770 - 37 - V - A

Executar serviço de transporte coletivo de passageiros sem autorização - SP-98/KM 98

CULTURA

Secretário: MARCOS RIBEIRO DE MENDONÇA
Rua da Consolação, 2.333 - Cerqueira César - Fone: 259-9611

GABINETE DO SECRETÁRIO

Despacho do Secretário, de 28-5-97

Tendo em vista as disposições do Tribunal de Contas do Estado, contidas na Instrução 2-95, e a Resolução 5-97, de 23-4-97, indicamos, conforme facultado nos termos do artigo 5.º, da Lei Federal 8.666/93, para exclusão do critério de ordem cronológica, mediante justificativas e relevância da despesa, a seguinte relação de Programações de Desembolsos:

Adiantamentos compreendendo despesas miúdas e de pronto pagamento, transportes, diárias, remuneração de recursos de terceiros (pessoas físicas e jurídicas), visando a execução de Projetos Culturais previamente agendados e manutenção mínima das atividades da Pasta:

UGE: 12.01.01: 97PD00056 e PD00567
UGE: 12.01.04: 97PD0098, 97PD00103, 97PD00107, 97PD00114 e 97PD00147
UGE: 12.01.05: 97PD00044, 97PD00045, PD00047, 97PD00048, 97PD00051, 97PD00068, 97PD00080, 97PD00081, 97PD00083, 97PD00089, 97PD00090, 97PD00091, 97PD00093, 97PD00105, 97PD00117, 97PD00133, 97PD00136, 97PD00145, 97PD00146.
UGE: 12.01.10: 97PD00100

Contratos e serviços compreendendo vigilância, limpeza, assistência técnica, manutenção de equipamentos, locação equipamentos de reprodução, locação de equipamentos, além de assinatura de jornais, aquisição de passagens, seguros e locação de espaço:

UGE: 12.00.01: 97PD00884, 97PD01046 e 97PD01158
UGE: 12.01.02: 97PD00043, 97PD00029, 97PD00020, 97PD00045, 97PD00046, 97PD00097, 97PD00038

UGE: 12.01.03: 97PD00016
UGE: 12.01.04: 97PD00069, 97PD00070, 97PD00072, 97PD00075, 97PD00096, 97PD00102, 97PD00118, 97PD00110, 97PD00117, 97PD00120, 97PD00108, 97PD00111, 97PD00121, 97PD00155
UGE: 12.01.05: 97PD00098, 97PD00099, 97PD00111

UGE: 12.01.06: 97PD00037, 97PD00058
UGE: 12.01.07: 97PD00360, 97PD00362
UGE: 12.01.08: 97PD00004, 97PD00005
UGE: 12.01.10: 97PD00055, 97PD00056, 97PD00064, 97PD00065, 97PD00057, 97PD00058, 97PD00059, 97PD00069

UGE: 12.01.11: 97PD00023 e 97PD00024

Serviços de utilidade pública: evitar suspensão no fornecimento de energia elétrica em Oficina Cultural

UGE: 12.01.10: 97PD00072 e 97PD00102
Atuáveis e Despesas Derivadas: assegurar condições essenciais para a continuidade de utilização de espaços culturais

UGE: 12.00.01: 97PD01171 e 97PD00172
UGE: 12.01.02: 97PD00060
UGE: 12.01.03: 97PD00021
UGE: 12.01.05: 97PD00127, 97PD00131 e 97PD00132

UGE: 12.01.10: 97PD00086, 97PD00090 e 97PD00094

Remuneração de outros serviços de terceiros - Pessoas Físicas, em atraso:
UGE: 12.01.04: 97PD00170
UGE: 12.01.09: 97PD01183, 97PD01185, 97PD01213, 97PD01219, 97PD01216 e 97PD01221

Lei de Incentivo à Cultura - LINC: atendimento a projetos, relativos a 1996, previamente selecionados, que apresentam contrapartida de recursos próprios ou de patrocinadores, cujo atraso prejudica o cumprimento da execução, além de poder tornar inadimplente o premiado

UGE: 12.00.01: 97PD01184

Prêmio Estímulo: atendimento a projetos, previamente selecionados, cujo atraso prejudica o cronograma de execução, além de poder tornar inadimplente o premiado

UGE: 12.01.04: 97PD00196, 97PD00197, 97PD00198, 97PD00199, 97PD00200, 97PD00201, 97PD00202, 97PD00203, 97PD00204

Contrato: Liquidação de parcela de débito, em substancial atraso, com o objeto concluído

UGE: 12.00.01: 97PD00248

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Secretário: EMERSON KAPAZ
Av. Rio Branco, 1.269 - Campos Elísios - Fone: 220-0033

GABINETE DO SECRETÁRIO

Despacho do Secretário, de 28-5-97

Acolhendo a justificativa apresentada pelo Gestor do SIAFEM e da autoridade competente, responsável pela unidade mencionada, que demonstrou a satisfação do requisito de relevante razão de interesse público, de que trata a parte final do art. 5º do Estatuto das Licitações, Lei Federal 8.666-93, na redação consolidada determinada pela Lei Federal 8.883-94, para justificar o pagamento independentemente da ordem cronológica da respectiva exigibilidade, e da despesa já efetuada, a seguir indicada: UGE 100102 - 100001 - 97 PD - 00076. Pagamento para atender a despesa pela prestação de serviços de vigilância. Providencie-se o pronto pagamento.

FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA

Portaria Famema 7, de 28-5-97

O Diretor Geral da Faculdade de Medicina de Marília, observado o § 6 do artigo 10 e o artigo 5 das Disposições Transitórias todos do Estatuto da FAMEMA, aprovado pelo Decreto 41.554, de 17-1-97, resolve:

Artigo 1 - Determinar que as eleições para a escolha dos representantes do corpo docente, discente e técnico-administrativo para a composição da Congregação da FAMEMA serão realizadas no dia 10-6-97.

Artigo 2 - Determinar que a Comissão composta pelos professores Rubens Augusto Brasil Silvano, RG 9.540.949, Diretor de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, Ricardo Shoitai Komatsu, RG13.139.785, Diretor de Graduação, e Gilson Caleman, RG. 6.183.262, Diretor do Hospital de Clínicas, sob a presidência do primeiro, seja responsável pelo processo eleitoral.

Artigo 3 - A Comissão Eleitoral ora designada regulamentará o respectivo processo, observadas as diretrizes previstas no Estatuto da FAMEMA.

Artigo 4 - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Portarias do Diretor Geral, de 13-5-97

Designando os professores a seguir relacionados, todos da Fundação Municipal de Ensino Superior de Marília, à disposição da FAMEMA com fundamento no artigo 2 das Disposições Transitórias da Lei 8.898, de 27-9-94, para, em jornada de 40 horas semanais de trabalho, exercerem as funções adiante mencionadas, a partir de 13-5-97, na mesma Faculdade: Ricardo Shoitai Komatsu, RG 13.139.785 - Diretor de Graduação; Rubens Augusto Brasil Silvano, RG 9.540.949 - Diretor de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão; Gilson Caleman, RG 6.183.262 - Diretor Técnico do Hospital de Clínicas e Arthur Goderico Forghieri Pereira, RG 9.077.835 - Diretor Administrativo.

ESPORTES E TURISMO

Secretário: ISRAEL ZEKKER
Praça Antonio Prado, 9 - Centro - Fone: 239-5822

GABINETE DO SECRETÁRIO

Resolução SET 8 de 22-5-97

Classifica Função de Serviço Público para efeito de Atribuição de "Pro-Labore".

O Secretário de Esportes e Turismo, com fundamento no Decreto 31 260/90, alterado pelos Decretos 31 769/90 e 34 236/91, Resolve:

Artigo 1º - Para efeito de atribuição de "Pro-Labore", de que trata o artigo 28 da Lei 10 168, de 10-7-68, fica classificada uma função de serviço público de Delegado Regional de Esportes e Recreação de Barretos, Referência 18, da Escala de Vencimentos-Comissão, instituída pela Lei Complementar 712/93, destinada à Delegacia Regional de Esportes e Recreação de Barretos, da Coordenadoria de Esportes e Recreação.

Artigo 2º - Será fixado por meio de ato específico o valor do "Pro-Labore" a ser pago ao funcionário ou Servidor que venha desempenhar a função de serviço público classificado no artigo anterior.

Artigo 3º - As despesas decorrentes da classificação de que trata esta Resolução, correrão à conta das dotações próprias consignadas no orçamento-programa vigente.

Artigo 4º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Extrato de Termo de Convênio

Outorgante - Secretaria de Esportes e Turismo
Outorgado - Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Pinhal

Objeto - Auxílio Financeiro - Feira do Tricó
Processo - 657/97
Autorização - Secretário - DADE/GS
Data - 28-5-97

Outorgante - Secretaria de Esportes e Turismo
Outorgado - Prefeitura Municipal de Águas de Lindóia

Objeto - Auxílio Financeiro - 41º Congresso Estadual de Municípios
Processo - 506/97
Autorização - Secretário - DADE/GS
Data - 28-5-97

Outorgante - Secretaria dos Negócios de Esportes e Turismo.
Outorgado - Prefeitura Municipal de Santa Rita do Passa Quatro

Objeto - O prazo de vigência do Convênio fica prorrogado até 30-6-97.

Cláusula - Nona do prazo, cláusula aditada do Convênio 017/96-SET, ratificando-se as demais cláusulas.

Processo - 1082/96-SET

Autorização - Secretário-DADE/GS

Retificação do D.O. de 13-5-97

No Termo de Aditamento da Ordem de Serviços 3/94, Proc. SET. 2384/94, onde se lê: Cláusula Segunda: A partir da presente data, o valor mensal do contrato será de R\$ 395,51, leia-se: Cláusula Segunda - A partir de 1-4-97, o valor mensal será de R\$ 395,51.

No Termo de Aditamento da Ordem de Serviços 4/94, Proc. SET. 2384/94, onde se lê: Cláusula Segunda - A partir da presente data o valor mensal do contrato será de R\$ 1.161,82, leia-se: Cláusula Segunda - A partir de 1-4-97, o valor mensal será de R\$ 1.161,82.

CENTRO DE RECURSOS HUMANOS

Equipe Técnica de Promoção e Evolução Funcional

Comunicado

Processo Seletivo Especial para fins de Promoção por Merecimento

Avaliação dos Títulos e Classificação Final

O Diretor do Centro de Recursos Humanos, da Secretaria de Esportes e Turismo, nos termos dos artigos 2º ao 13 das Disposições Transitórias da LC 789/94, torna público o resultado da Avaliação dos Títulos e a Classificação Final em ordem decrescente dos pontos, dos servidores que concorrerem ao Processo Seletivo Especial para fins de Promoção por Merecimento para a classe II da série de classes de Engenheiro.

Insc.	Nome	RG	Títulos	Classif.
			Pontos	Final
001	RUYRILIO ANDREUCCI	5.512.646	02	1º

classe V da série de classes de Engenheiro.

Insc.	Nome	RG	Títulos	Classif.
			Pontos	Final
002	ELOISA DE GOES BRAGA KERR	4.616.61102		1º

classe IV da série de classes de Arquiteto.

Insc.	Nome	RG	Títulos	Classif.
			Pontos	Final
003	ANGELO PONZONI NETO	6.148.130	01	1º

OBS: O servidor poderá requerer revisão dos pontos atribuídos aos títulos e da classificação final obtida, ao Dirigente do Órgão Setorial de Recursos Humanos ou ao Presidente da Comissão Responsável pela Promoção no prazo de 3 dias úteis a contar da data desta publicação.

COORDENADORIA DE ESPORTES E RECREAÇÃO

Resumo de Termo de Reti-Ratificação

Proc.: SET 756/91

Contratante: Coordenadoria de Esportes e Recreação

Contratada: Maxxon Conservadora e Limpadora Ltda.

Objetivo: Prestação de serviço de limpeza nos Conjuntos Desportivos Constança Vaz Guimarães e Baby Barioni

Prazo do Contrato: 360 dias

Autorização: Secretário

COORDENADORIA DE TURISMO

Comunicado

Considerando as disposições do artigo 5º da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei Federal 8.883/94, indicamos a seguir os pagamentos necessários ao desenvolvimento das atividades das unidades gestoras da Pasta que devem ser providenciados de imediato, visando assegurar condições para realizações dos programas desta Pasta bem como o apoio administrativo, cujo não cumprimento implicará em prejuízos de ordem interna e externa.

UGE	PD Nº	VALOR	VENCIMENTO
240101	0115	500,00	23.04.97
240101	0116	424,00	23.04.97
240101	0117	120,00	23.04.97
240101	0118	300,00	23.04.97
240101	0119	300,00	23.04.97
240101	0120	1.388,98	23.04.97
240101	0121	300,00	23.04.97
240101	0122	400,00	23.04.97
240101	0123	300,00	23.04.97
240101	0124	400,00	23.04.97
240101	0125	100,00	23.04.97
240101	0161	1.800,00	08.05.97
240101	0162	1.800,00	08.05.97
240101	0164	3.400,00	12.05.97
240102	0049	1.500,00	02.05.97
240102	0052	300,00	08.05.97
240102	0053	1.500,00	08.05.97
240102	0054	150,00	08.05.97
240103	0118	4.600,00	02.05.97
240103	0122	20.000,00	12.05.97
240103	0123	9.600,00	12.05.97
240103	0124	1.800,00	13.05.97
240103	0125	1.500,00	13.05.97
240103	0128	1.500,00	13.05.97
240103	0129	1.800,00	13.05.97
240103	0130	1.200,00	13.05.97
240103	0132	3.500,00	13.05.97
240103	0133	4.500,00	13.05.97
240103	0134	1.800,00	13.05.97
240103	0135	3.000,00	13.05.97
240103	0136	1.500,00	13.05.97
240103	0137	600,00	13.05.97
240103	0138	500,00	13.05.97
240103	0139	400,00	13.05.97
240103	0140	400,00	13.05.97
240103	0141	400,00	13.05.97
240103	0142	600,00	13.05.97
240103	0144	1.000,00	13.05.97
240103	0146	5.000,00	13.05.97
240103	0331	1.700,00	29.04.97
240103	0333	1.500,00	02.05.97
240103	0334	4.000,00	02.05.97
240104	0335	2.000,00	05.05.97
240104	0336	2.500,00	05.05.97
240104	0337	1.400,00	05.05.97
240104	0338	150,00	05.05.97

UGE	PD Nº	VALOR	VENCIMENTO
240104	0339	800,00	05.05.97
240104	0340	490,00	05.05.97
240104	0341	300,00	05.05.97
240104	0342	6.500,00	05.05.97
240104	0343	3.000,00	05.05.97
240105	0129	1.800,00	02.05.97
240105	0130	1.440,00	02.05.97
240105	0133	2.400,00	02.05.97
240105	0134	1.920,00	02.05.97
240105	0139	1.680,00	02.05.97
240105	0140	2.100,00	02.05.97
240105	0141	900,00	02.05.97
240105	0143	1.440,00	02.05.97
240105	0144	1.800,00	02.05.97
240105	0145	1.500,00	02.05.97
240105	0146	1.200,00	02.05.97
240105	0151	720,00	02.05.97
240105	0152	900,00	02.05.97
240105	0155	1.440,00	02.05.97
240105	0156	1.800,00	02.05.97
240105	0157	1.800,00	02.05.97
240105	0158	1.440,00	02.05.97
240105	0161	2.400,00	02.05.97
240105	0162	1.920,00	02.05.97
240105	0167	1.200,00	02.05.97
240105	0168	1.500,00	02.05.97
240105	0169	16.300,00	05.05.97
240105	0170	3.300,00	06.05.97
240105	0171	2.640,00	06.05.97
240105	0174	1.440,00	06.05.97
240105	0177	1.800,00	06.05.97
240107	0056	1.626,75	04.04.97
240107	0067	850,00	05.05.97
240107	0068	500,00	05.05.97
240107			

a avaliação se restringirá ao que for de sua responsabilidade.

Artigo 2º - A Comissão de Avaliação de Projetos Internacionais será presidida pelo Secretário do Meio Ambiente, ou seu representante, sendo convidados para compô-la:

a) um representante da SEAIN - Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento e Orçamento;

b) um representante da ABC - Agência Brasileira de Cooperação, do Ministério das Relações Exteriores;

c) um representante da sociedade civil, com notório conhecimento na área ambiental;

d) um representante de organização não governamental, com atuação na área de defesa do meio ambiente;

e) um representante de Universidade Pública.

§ 1º - Os membros convidados terão mandato de um ano, passível de renovação por igual período e exercerão função não remunerada, de relevante interesse público.

§ 2º - A Comissão de Avaliação de Projetos Internacionais terá Comitês Técnicos.

Artigo 3º - A Comissão de Avaliação de Projetos Internacionais tem as seguintes atribuições:

a) elaborar plano de trabalho e cronograma de ação próprios para a avaliação dos projetos pelos Comitês Técnicos, agrupando-os por agência de cooperação e temas envolvidos;

b) definir a composição dos Comitês Técnicos;

c) elaborar, para cada Comitê Técnico, os termos de referência que deverão orientar os trabalhos, estabelecendo prazos de execução e indicadores de desempenho técnico, administrativo e financeiro;

d) acompanhar os trabalhos dos Comitês Técnicos, dirimindo eventuais controvérsias ou dúvidas oriundas dos trabalhos;

e) receber os relatórios dos Comitês Técnicos e apresentar conclusões sobre os casos, aferindo a coerência entre o resultado apresentado e os termos de referência propostos; e

f) propor, a partir das conclusões dos trabalhos dos Comitês Técnicos, diretrizes para a orientação da negociação, definição e execução de futuros projetos, ou reorientação de projetos em curso, considerando áreas temáticas e agências de cooperação.

Artigo 4º - Os Comitês Técnicos serão integrados por profissionais selecionados em função de sua experiência nos temas dos projetos sob análise ou por seu conhecimento das atividades relacionadas às agências de cooperação, sempre com aptidão para avaliar os aspectos financeiros, técnicos ou administrativos.

Parágrafo único - Havendo justificada necessidade de serem contratados especialistas para realizar trabalhos específicos submetidos aos Comitês Técnicos, a Comissão de Avaliação de Projetos Internacionais indicará profissionais a serem chamados para participar de processo licitatório, sem preferência sobre outros que venham a participar da seleção.

Artigo 5º - Os Comitês Técnicos designarão um relator, que elaborará relatório preliminar sobre o caso em análise, e um coordenador, que orientará os trabalhos.

Artigo 6º - Os Comitês Técnicos deverão avaliar os projetos selecionados pela Comissão de Avaliação de Projetos Internacionais ou por seu Presidente, apresentando, no mínimo, os seguintes resultados em relatório conclusivo:

a) descrição detalhada dos objetivos do projeto;

b) diagnóstico da execução do projeto com destaque às dificuldades, soluções e resultados alcançados, conforme orientação da Comissão de Avaliação de Projetos Internacionais, abordando o desempenho técnico, com destaque à metodologia aplicada; o desempenho administrativo e financeiro, e o cumprimento do cronograma do projeto;

c) análise dos resultados em face do objetivo inicial do projeto e da missão institucional do órgão executor, considerando relações de custo-benefício;

d) sugestões para redirecionamento de projetos em curso ou sugestões de diretrizes para orientação de projetos futuros;

e) considerações sobre a geração de políticas públicas a partir dos resultados do projeto; e

f) considerações sobre a relação existente entre o projeto e a política de capacitação de recursos humanos do órgão executor.

Artigo 7º - As avaliações dos Comitês Técnicos serão realizadas através de reuniões, entrevistas com técnicos e responsáveis pela execução dos projetos sob análise, exame de relatórios e documentos relevantes e visitas, quando cabível, aos locais do projeto, dentre outros.

§ 1º - Os órgãos da Pasta do Meio Ambiente deverão fornecer todos os documentos e informações relevantes à elaboração da avaliação.

§ 2º - Os Comitês Técnicos poderão solicitar ao Presidente da Comissão de Avaliação de Projetos Internacionais a manifestação escrita de técnicos para esclarecimento de dados, que integrará o processo de avaliação.

Artigo 8º - Os resultados das avaliações não terão caráter vinculativo, devendo ser apresentados pela Comissão de Avaliação de Projetos Internacionais aos órgãos envolvidos na execução do projeto, sendo posteriormente divulgados em seção pública.

Artigo 9º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Despacho do Chefe de Gabinete, de 27-5-97

Cancelando a autorização anteriormente concedida a José Maurício Lima, RG 16.568.218, Motorista, Lei 500/74, para residir no imóvel nº 12, da Estação Experimental de Mogi Guaçu. Processo SMA 42.264/95.

Comunicados

Comunicamos, nos termos do artigo 5º da Lei Federal 8.666/93, a necessidade de pagamento da 97PD000471 - COSESP Cia de Seguros do Estado de São Paulo, com vencimento em 30 de maio de 1997, da UGE 260108, excluindo-a da ordem cronológica por tratar-se de pagamento de seguro obrigatório de 36 veículos da frota do Instituto

Florestal, sem o qual os mesmos ficarão impossibilitados de trafegar.

Comunicamos, nos termos do artigo 5º da Lei Federal 8.666/93, o pagamento das PD'S abaixo relacionadas, excluindo-as da ordem cronológica por tratarem-se de financiamento externo (BIRD - Banco Mundial) para atender o Programa de Saneamento da Bacia do Guarapiranga:

PD'S Nº	VALOR (R\$)	VENCTº	PD'S Nº	VALOR (R\$)	VENCTº
97PD00146	5.065,20	12MAI97	97PD00147	2.974,80	12MAI97
97PD00150	15.852,25	20MAI97	97PD00151	2.580,60	20MAI97
97PD00152	23.778,37	20MAI97	97PD00153	3.870,90	20MAI97
97PD00154	47.756,77	21MAI97	97PD00155	19.700,00	16MAI97
97PD00156	3.979,03	20MAI97	97PD00157	2.336,89	20MAI97
97PD00158	138.786,75	24MAI97	97PD00159	22.593,19	24MAI97
97PD00160	46.262,25	24MAI97	97PD00161	7.531,07	24MAI97
97PD00162	24.016,77	16MAI97	97PD00163	14.105,09	16MAI97
97PD00164	24.016,77	16MAI97	97PD00165	14.105,09	16MAI97
97PD00166	12.567,71	21MAI97	97PD00167	7.381,04	21MAI97
97PD00168	8.600,00	25MAI97	97PD00169	1.400,00	25MAI97
TOTAL	449.260,54				

UGE: 260001

PD'S Nº VALOR (R\$) VENCTº 97PD00701 24.700,00 30ABR97

Comunicamos nos termos do Artigo 5º da Lei Federal 8.666/93 o pagamento da 97PD00968 - IVONETE ALVES (Adiantamento) da UGE 260101, excluindo-a da ordem cronológica por tratar-se de despesa urgente em virtude do movimento de greve na Cetesb.

Comunicamos nos termos do Artigo 5º da Lei Federal 8.666/93 foram efetuados os pagamentos das PD's abaixo relacionadas, excluindo-as da ordem cronológica por tratarem-se de pagamentos via contrato (financiamento externo) com o KfW/PPMA.

UGE: 260101
Pds 97PD00830 a 97PD00953
Vencimento - 2-6-97
Assunto - Adiantamentos Diversos
Valor Total - R\$ 244.298,00
Uge - 260101
PD - 97PD00961
Vencimento - 20-5-97
Assunto - Fornecedor
Nome - Exata Engenharia De Projetos E Construção Ltda
Valor - R\$ 13.375,34

COORDENADORIA DE INFORMAÇÕES TÉCNICAS, DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA AMBIENTAL

INSTITUTO FLORESTAL

Portarias do Diretor Geral de 9, 13 e 14-5-97

Atualizando o organograma de contrapartida ao Projeto de Conservação de Florestas e do Meio Ambiente, que está sendo implementado com a cooperação mútua entre o Instituto Florestal e a Japan International Cooperation Agency, designa: como Diretor do Projeto, Oswaldo Poffo Ferreira, RG 3.414.639; Gerente Técnico, a partir de 01-02-97, Marco Antonio de Oliveira Garrido, RG 3.137.157, Pesquisador Científico VI; Assessor Técnico, a partir de 01-02-97, João Batista Baitello, RG 4.814.384, Pesquisador Científico VI; Secretário Executivo, Guenji Yamazoe, RG 1.710.977, Pesquisador Científico VI. Grupo de Mecanismo e Controle de Erosão: - Coordenador, Sebastião Fonseca Cesar, RG 669.595, Pesquisador Científico IV; Valdir de Cicco, RG 8.347.476, Pesquisador Científico IV; Izabel Fernandes de Aguiar Mattos, RG 9.404.495, Geógrafo; Elvira Neves Domingues, RG 5.087.215, Pesquisador Científico V; Arthur Francisco Marques, RG 17.018.838, Engenheiro Agrônomo; Paulo Emilio de Menezes Pimenta, RG 5.295.515, Pesquisador Científico I, a partir de 01-4-97; Eliane Akiko Honda, RG 17.673.922, Assistente Técnico de Pesquisa Científica e Tecnológica; Francisco Carlos Soriano Arcova, RG 5.087.215, Pesquisador Científico III. Grupo de Silvicultura e Ecologia Florestal: - Coordenador, Giselda Durigan, RG 6.957.729, Pesquisador Científico IV; Alceu Jonas Faria, RG 3.838.643, Pesquisador Científico IV; Osny Tadeu de Aguiar, RG 6.716.992, Pesquisador Científico III; Geraldo Antonio Daher Corrêa Franco, RG 7.504.572, Pesquisador Científico I; Helder Henrique de Faria, RG 358.448-ES, Pesquisador Científico II, a partir de 01-02-94; Wilson Aparecido Contieri, RG 11.372.577, Assistente Técnico de Pesquisa Científica e Tecnológica, a partir de 01-02-94; e Osmar Vilas Boas, RG 8.849.645, Engenheiro Agrônomo.

Designando Elisabete Cruz de Carvalho, RG 11.537.621, Técnico de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica, SQC-III, como Presidente; e como Membros, Jairo Luiz Silveira, RG 2.022.562.074, Técnico de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica, SQC-III e Irani Quirino da Silva, RG 18.650.360, Agente de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica, SQC-III, para constituírem Comissão de Sindicância Punitiva, visando apurar o contido no Processo SMA nº 40.193-97.

Clovis Ribas, RG 3.814.781, Pesquisador Científico V, ref. PqC-5, SQC-III, como Presidente; e como Membros Nobor Haga, RG 1.530.925, Pesquisador Científico III, ref. PqC-3, SQC-III e Hideyo Aoki, RG 6.147.418, Pesquisador Científico V, ref. PqC-5, SQC-III, para constituírem Comissão de Sindicância, a fim de completar os trabalhos realizados nos autos do Processo SMA nº 41.675-95, pela Comissão instituída através da Portaria I.F. de 15, publicada no D.O. de 29-12-95.

Maria Aparecida Candido S. Resende, RG 9.037.147-1, Analista de Recursos Ambientais, C.L.T. Fundação Florestal, como Presidente; e como Membros Sueli Herculanli, RG 12.230.230, Analista de Recursos Ambientais, C.L.T. Fundação Florestal e Sergio Silva, RG 22.707.583-3, Vigia, SQC-III, para constituírem Comissão de Sindicância Punitiva, visando apurar o contido nos autos do Processo SMA nº 40.076-96.

Maria Aparecida Candido S. Resende, RG 9.037.147-1, Analista de Recursos Ambientais, C.L.T. Fundação Florestal, como Presidente; e como Membros Sueli Herculanli, RG 12.230.230, Analista de Recursos Ambientais, C.L.T. Fundação Florestal

e Sergio Silva, RG 22.707.583-3, Vigia, SQC-III, para constituírem Comissão de Sindicância Punitiva, visando apurar o contido nos autos do Processo SMA nº 40.333-96.

Maria Aparecida Candido S. Resende, RG 9.037.147-1, Analista de Recursos Ambientais, C.L.T. Fundação Florestal, como Presidente; e como Membros Sueli Herculanli, RG 12.230.230, Analista de Recursos Ambientais, C.L.T. Fundação Florestal e Sergio Silva, RG 22.707.583-3, Vigia, SQC-III, para constituírem Comissão de Sindicância Punitiva, visando apurar o contido nos autos do Processo SMA nº 42.539-95.

Wilson Tassini, RG 4.478.371, Técnico de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica, SQC-III, Presidente e como Membros José Carlos Molina Max, RG 6.832.575, Pesquisador Científico II, ref. PqC-2, SQC-III e Wilson Aparecido Gontieri, RG 11.372.577, Assistente Técnico de Pesquisa Científica e Tecnológica, SQC-III, para constituírem Comissão de Sindicância Punitiva, visando apurar o contido nos autos do Processo SMA nº 40.603-97.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Procurador Geral do Estado:
MARCIO SOTELO FELIPPE

Pátio do Colégio, 184 - Centro - Fone: 604-4101

TRANSPORTES METROPOLITANOS

Secretário: CLAUDIO DE SENNA FREDERICO
Av. Paulista, 402 - Bela Vista - Fone: 288-8368

GABINETE DO SECRETÁRIO

Resolução STM-497, de 28-5-97.

Institui e disciplina o ressarcimento à Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU/SP, das despesas com os serviços de gerenciamento prestados às empresas de transporte coletivo nas Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo e estabelece os respectivos valores

O Secretário dos Transportes Metropolitanos, considerando, as disposições da Lei nº 7.450, de 16 de julho de 1991, que criou a Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos - STM, estabelecendo suas competências e atribuições e, bem assim, do Decreto nº 34.184, de 18 de novembro de 1991, que fixou a sua estrutura; considerando, a necessidade de harmonizar os dispositivos anteriormente existentes com a atual Lei Complementar nº 815, de 30 de julho de 1996, definindo a área de atuação da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU/SP, e aperfeiçoando os procedimentos relativos às atividades desenvolvidas conjuntamente pela STM e pela EMTU/SP; considerando, o disposto no decreto nº 41.659, de 25-5-97, que dispõe sobre a aplicação, na Região Metropolitana da Baixada Santista, da legislação regulamentadora do transporte coletivo de passageiros, por ônibus, da Região Metropolitana da Grande São Paulo, e dá providências correlatas; considerando, a necessidade de adequar a forma de ressarcimento da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU/SP, dos gastos relativos às atividades de gerenciamento; resolve:

Artigo 1º - A remuneração pelos serviços de gerenciamento prestados às empresas operadoras de transporte coletivo de passageiros de passageiros intra e intermunicipal nas Regiões Metropolitanas do Estado, por ônibus, na modalidade regular, arrecadada a título de ressarcimento de despesas pela Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU/SP, passa a ser disciplinada por esta resolução.

Artigo 2º - As empresas operadoras de serviço de transporte coletivo regular de passageiros deverão recolher mensalmente à EMTU/SP, a Remuneração pelos Serviços de Gerenciamento - RESEGE, calculada por tecnologia e sobre o total da frota cadastral, com base nos valores do Anexo I desta resolução.

Parágrafo Único - Os valores a que se refere este artigo serão alterados periodicamente, com base no mesmo percentual de majoração do piso tarifário dos serviços.

Artigo 3º - A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO I VALORES DO RESEGE PARA O SISTEMA REGULAR SERVIÇOS COMUM E SELETIVO

TIPO DE TECNOLOGIA	VALOR DO RESEGE (R\$)
Convencional e Microônibus	350,00
Padron 3 Portas	402,50
Articulado	525,00
Biarticulado	700,00

COORDENADORIA DE TRANSPORTE COLETIVO

Despachos do Coordenador
De 08-5-97

CTC/TCR/ 577,578 e 579/97 - Com fundamento na atribuição que me e conferida pelo artigo 42, inciso I, letra j, item 1, do Decreto 34.184 de 18/11/91, e em conformidade com o que dispõe o paragrafo primeiro, artigo-6, da Resolucao STM-55 de 04/02/92, ratifico a aplicacao do Auto de Infracao e Imposicao de Penalidade de Apreensao de Veiculo, abaixo relacionado, por infracao ao Decreto 24.675 de 30/01/86, alterado pelo Decreto 27.436 de 07/10/87, em seu artigo 57 - executar

servico de transporte coletivo regular de passageiros nao permitido ou autorizado na Regiao Metropolitana de Sao Paulo.

APAV	Data da Infração	Placa do Veículo	Infrator
1523-A	06/05/97	CBI-3259	ANA MARIA DA SILVA DA CRUZ
1574-A	06/05/97	BJA-4396	JOSE BERNARDINO DA SILVA
1584-A	06/05/97	CGL-3029	JOSE CESAR DE QUEIROZ MAZZEI
1468-A	29/04/97	QD-8155	MARCO ANTONIO DE CARVALHO
1573-A	06/05/97	CBS-3892	MARCOS EDSON GOULART
1473-A	05/05/97	CBS-3893	MIGUEL ELIAS GOULART
1388-A	06/05/97	CBS-0240	ROGERIO BATISTA DA SILVA
1506-A	05/05/97	BLG-2061	RONALDO DO ESPIRITO SANTO
1503-A	05/05/97	BTA-0364	SILVINO DE SOUZA

Infracoes ao Decreto 24.675/86, alterado pelo Decreto 27.436/87.

Ficam impostas aos infratores abaixo relacionados, as multas indicadas, em conformidade com as disposicoes dos referidos Decretos.

Artigo 57 - Executar servico de transporte coletivo regular nao autorizado na RMSP.

RF	AIIPM	DATA	VALOR
0989/97	8445-A	08/05/97	R\$ 2.606,11
JOSE BERNARDINO DA SILVA			
RF	AIIPM	DATA	VALOR
0991/97	8451-A	08/05/97	R\$ 2.606,11
JOSE CESAR DE QUEIROZ MAZZEI			
RF	AIIPM	DATA	VALOR
0988/97	8449-A	08/05/97	R\$ 2.606,11
MARCO ANTONIO DE CARVALHO			
RF	AIIPM	DATA	VALOR
0984/97	8444-A	08/05/97	R\$ 2.606,11
MARCOS EDSON GOULART			
RF	AIIPM	DATA	VALOR
0983/97	8443-A	08/05/97	R\$ 2.606,11
MIGUEL ELIAS GOULART			
RF	AIIPM	DATA	VALOR
0987/97	8447-A	08/05/97	R\$ 2.606,11
ROGERIO BATISTA DA SILVA			
RF	AIIPM	DATA	VALOR
0986/97	8448-A	08/05/97	R\$ 2.606,11
RONALDO DO ESPIRITO SANTO			
RF	AIIPM	DATA	VALOR
0990/97	8450-A	08/05/97	R\$ 2.606,11
SILVINO DE SOUZA			
RF	AIIPM	DATA	VALOR
0985/97	8446-A	08/05/97	R\$ 2.606,11

De 12-5-97

CTC/TCR/ 572, 573, 574, 575 e 576/97 - Com fundamento na atribuicao que me e conferida pelo artigo 42, inciso I, letra j, item 1, do Decreto 34.184 de 18/11/91, e em conformidade com o que dispo e o paragrafo primeiro, artigo 6, da Resolucao STM-55 de 04/02/92, ratifico a aplicacao do Auto de Infracao e Imposicao de Penalidade de Apreensao de Veiculo, abaixo relacionado, por infracao ao Decreto 24.675 de 30/01/86, alterado pelo Decreto 27.436 de 07/10/87, em seu artigo 57 - executar servico de transporte coletivo regular de passageiros nao permitido ou autorizado na Regiao Metropolitana de Sao Paulo.

APAV	Data da Infração	Placa do Veículo	Infrator
1554-A	10/05/97	BXG-3873	AILTON VIEIRA DOS SANTOS
1530-A	12/05/97	CBS-3891	ALACERIO RAFAEL DA SILVA
1497-A	09/05/97	CGO-9054	AMINADABE VITOR DE LIMA
1555-A	10/05/97	CAU-3701	HELENO LEITE DA SILVA
1547-A	12/05/97	BUA-3861	IVANILDO BEZERRA DOS MONTES
1527-A	12/05/97	CBR-7283	JOAO BATISTA DOS SANTOS
1515-A	10/05/97	BXG-5405	JOAQUIM ALVES DE LIMA
1568-A	12/05/97	BOU-2678	JOSE MARCIO SGUZZATO
1528-A	12/05/97	BRA-7891	JOSE MARTINS FILHO
1537-A	08/05/97	CBR-6849	JOSE MONTEIRO DE ARAUJO
1496-A	09/05/97	CBS-1281	JOSE ROGERIO GONCALVES DA SILVA
1531-A	12/05/97	BXI-0967	JULIO CASTELARI FILHO
1538-A	08/05/97	CGX-8954	LUIZ ANTONIO DOS SANTOS
1526-A	09/05/97	BTT-9112	LUZINETE DOS SANTOS FERREIRA DA COSTA
1539-A	08/05/97	CBM-5715	MANOEL RAIMUNDO MATOS DA SILVA
1567-A	12/05/97	BYA-6185	MASAYOSHI ISHII
1499-A	09/05/97	CBR-6143	MERCIA APARECIDA RODRIGUES
1498-A	09/05/97	BWS-1900	PAULO HENRIQUE PAES
1513-A	09/05/97	BTT-9168	WILSON ROBERTO COSIELLO

Infracoes ao Decreto 24.675/86, alterado pelo Decreto 27.436/87.

Ficam impostas aos infratores abaixo relacionados, as multas indicadas, em conformidade com as disposicoes dos referidos Decretos.

Artigo 57 - Executar servico de transporte coletivo regular nao autorizado na RMSP.

RF	AIIPM	DATA	VALOR
1017/97	8480-A	12/05/97	R\$ 2.606,11
ALACERIO RAFAEL DA SILVA			
RF	AIIPM	DATA	VALOR
1022/97	8483-A	12/05/97	R\$ 2.606,11
AMINADABE VITOR DE LIMA			
RF	AIIPM	DATA	VALOR
1006/97	8470-A	12/05/97	R\$ 2.606,11
HELENO LEITE DA SILVA			
RF	AIIPM	DATA	VALOR
1011/97	8474-A	12/05/97	R\$ 2.606,11
IVANILDO BEZERRA DOS MONTES			
RF	AIIPM	DATA	VALOR